

Contra o PLP-92/2007



Privatização de Áreas Estratégicas do Estado Brasileiro





Apresentação

O debate acerca da concepção e modelo do estado brasileiro integra a agenda dos (as) Trabalhadores(as). Lutamos contra políticas de estado mínimo, acompanhadas de privatização de áreas estratégicas. Essas políticas equivocadas querem transferir a setores privados a gestão do Estado Brasileiro.

O movimento social organizado, movimento sindical e movimento estudantil têm resistido à lógica neoliberal. Lógica cuja orientação foi seguida a risca e implementada no Brasil, nos governos Collor e FHC, através das Organizações Sociais de Interesse Público.

No Governo Lula, o mesmo projeto foi apresentado. Reformulado na forma de Projeto de Lei Complementar (PLP92/07), o Projeto pretende criar a Fundação Estatal de Direito Privado.

Esse debate foi atropelado no Congresso Nacional. Foram desconsideradas opiniões de instâncias de controle social, como o Conselho Nacional da Saúde, Conselho Nacional de Assistência Social e Conferência Nacional da Saúde. Isso demonstrando a falta de sintonia do governo e parlamento com os fóruns democráticos de participação e deliberação social.

O modelo de Fundação Estatal de Direito Privado está na contramão do estado forte, referenciado socialmente, e representa nesta conjuntura desafiante para o estado brasileiro. O PLP 92/07 representa o início de uma reforma cujo viés reforçará a tese do estado mínimo, praticada nos governos neoliberais.

PLP 92/07



ESTE PROJETO DESTRÓI A NAÇÃO!

Entendendo:

O que é o PLP 92/2007?

- ✓ O Projeto de Lei Complementar (PLP92/07) permite ao Poder Público a autorização para criação de Fundação Estatal de Direito Privado para gerir as Políticas Públicas.
- ✓ Conforme consta na Constituição Brasileira, essas políticas são de responsabilidade do Estado.
- ✓ Abrange as áreas da saúde, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, ensino e pesquisa, meio ambiente, previdência complementar do Trabalhador do Serviço Público, comunicação social, promoção do turismo nacional, formação profissional, cooperação técnica internacional, e também os Hospitais Universitários Públicos.

Como funciona:

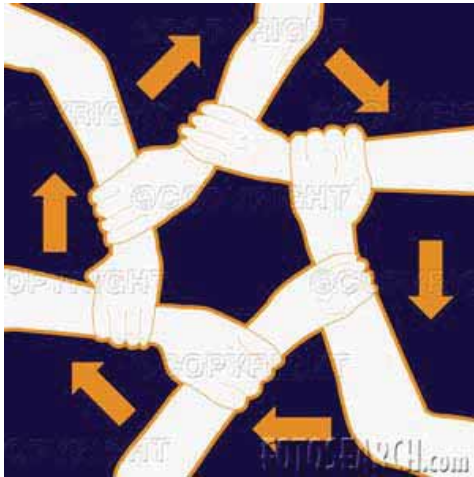
- A Fundação Estatal de Direito Privado é um novo modelo de gestão que diminui a responsabilidade do estado, na gestão e no financiamento em áreas estratégicas para o desenvolvimento e soberania do país.
- Não é mantida pelo Poder Público.
- A Fundação Estatal de Direito Privado não integra o Orçamento Geral da União como unidade orçamentária. Ou seja, não recebe recursos da União para seu custeio e tão pouco para pagamento de pessoal.

Fundação Estatal de Direito Privado um
prejuízo à população brasileira

- As rendas da Fundação Estatal de Direito Privado são oriundas de receitas recebidas através da prestação de serviço e do desenvolvimento de suas atividades. Além disso, são aceitos auxílios e subvenções concedidas por entidades de direito público ou de direito privado. As rendas podem vir ainda de quaisquer espécies produzidas por seus bens ou atividades, contribuições provenientes de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, bem como por doações.
- Este novo modelo de gestão servirá para alimentar os cargos de indicação. Com isso haverá uma ampliação de negociatas através dos famosos acordos políticos para dirigir esta fundação.
- A tendência é aumento da corrupção como já vimos constantemente na mídia.
- Os (as) Trabalhadores(as) desta fundação serão regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho, não tendo o elemento principal que encoraja o funcionário público a denunciar irregularidades. Hoje, antes de ser mandado embora, o (a) trabalhador(a) passa obrigatoriamente por um processo que lhe dá direito a ampla defesa. Cada caso é analisado. Já na CLT prevalece a vontade do patrão. Traduzindo: denunciou é demitido.
- Será implantada a lógica da iniciativa privada e do conceito de áreas "socialmente competitivas". Áreas de responsabilidade do Estado como Educação, Saúde, Meio Ambiente, Saneamento passarão a ser encaradas como bens de mercado que devem gerar lucro.

Outros riscos do PLP 92/07

- > REFORÇA A LÓGICA NEOLIBERAL DE GESTÃO DE ESTADO
- > IMPLANTA A POLÍTICA DE ESTADO MÍNIMO DE BRESSER PEREIRA



- ✓ A implementação da política que cria a Fundação Estatal de Direito Privado eliminará o investimento governamental nas políticas públicas permanentes, em áreas e setores do Estado Brasileiro como: Meio Ambiente, Reservas Naturais, Educação etc, cuja atuação autônoma e independente é fator fundamental para a soberania da nação.
- ✓ As políticas públicas implementadas no Brasil e o desenvolvimento ficarão ameaçados com a existência da Fundação Estatal de Direito Privado.
- ✓ A curto prazo, trará conseqüências negativas para áreas estratégicas do desenvolvimento e da soberania do país, que passa a ter como mantenedor setores que representam o capital internacional.
- ✓ É instrumento que coloca em risco a defesa das nossas riquezas naturais.

A Fundação Estatal de Direito Privado ameaça a soberania



FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO:

REPASSA AO SETOR PRIVADO A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

Por que...

- ✓ Introduce conceitos neoliberais aplicados às organizações sociais.
- ✓ Expressa a retirada da ação governamental nas áreas "não exclusivas de Estado" que ficam marcadas por contratos baseados em conceitos de produtividade, competitividade. Desta forma, o governo será responsável apenas por áreas como fiscalização, polícia, arrecadação e relações exteriores (política internacional).
- ✓ Favorece a flexibilidade na gestão de pessoal.
- ✓ Isenta o Estado de investimento nas políticas públicas.
- ✓ Estas Fundações terão imunidade tributária, o que significa que não pagarão impostos. Inclusive, não contribuirão para os fundos da Previdência.

Trabalhadores (as) dizem **não**...

A criação das Fundações Estatais de Direito Privado como um novo modelo de gestão para as áreas tidas como não exclusivas de estado, apresenta uma forte contradição com o projeto de Estado defendido pelos (as) Trabalhadores(as) e derrotado nas eleições presidenciais.

Esse projeto mobilizou milhares de Trabalhadores(as) que resistiram à lógica do estado mínimo, implementado nos governos anteriores de Collor e FHC.

Senão, vejamos...



- > Reabertura de concursos;
- > Aumento dos Salários;
- > Expansão das Universidades e de IFETS;
- > Política de Capacitação e Avaliação;
- > 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal;
- > Definição de Políticas Públicas Estáveis;
- > Aumento do financiamento público;
- > Mais Trabalhadores (as) com carteiras assinadas



- > Repasse de Serviços Públicos para a gestão privada;
- > Queda da qualidade nos serviços;
- > Precarização das relações de trabalho;
- > Produtividade competitiva baseada apenas no alcance de metas
- > Ênfase no individualismo;
- > Construção do instrumento de avaliação individual como elemento diferenciador de salário
- > Políticas de gratificações produtivistas.



Na contramão do Estado indutor do desenvolvimento 6



- Extinção do vínculo com o Estado, dos (as) Trabalhadores (as) que prestam serviços à população, pois deixam de ser Trabalhadores dos Serviços Públicos;
- Institui no Setor Público um modelo de relação de trabalho típico da lógica privada;
- A Fundação Estatal de Direito Privado avança na desconstrução do modelo de Serviço Público ao vincular o pagamento da folha de salários e das outras despesas ao valor da arrecadação com a prestação de serviços;
- Prioriza conceitos produtivistas das organizações sociais com avaliação de desempenho baseados no cumprimento de metas e não na qualidade do serviço prestado ao usuário, onde elementos como as condições de trabalho não são levadas em conta E na ausência de estabilidade.
- Os (as) Trabalhadores(as) ficarão a mercê dos políticos de plantão, que demitirão e contratarão de acordo com os seus interesses.
- A estabilidade no serviço público é elemento Fundamental e necessário para que o (a) Trabalhador (a) possa cumprir com seu papel livre das ameaças e perseguição política advindas da instabilidade de vínculo.

Como ficarão os (as)
Trabalhadores (as)

ACERTE O ALVO

ESTE É O CAMINHO

Todos os Serviços Públicos são típicos de estado. As áreas de Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social devem ser responsabilidade do Estado, ofertando esses serviços em respeito aos direitos básicos e universais dos (das) cidadãos (ãs), garantidos constitucionalmente.



Os (as) Trabalhadores
(as) DEFENDEM

- Você Trabalhador (a) imagina o Bolsa Família sendo privatizado?
- Você imagina ter que pagar para consultar em um Hospital Universitário?
- Você aluno (a) imagina ter que pagar mensalidade para ter melhores Universidades Públicas? Pois é... É tudo isto que está em jogo caso este Projeto de Lei Complementar 92/2007 SEJA aprovado pelos Deputados Federais.

NA MIRA DA DESVINCULAÇÃO DA UNIVERSIDADE

- ✓ Desvinculação dos Hospitais Universitários (HU's) das Universidades;
- ✓ Quebra do princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- ✓ Extinção do sistema federal de ensino e pulverização do conceito de federalização construído para as Universidades Federais;
- ✓ HU's pressionados pela visão de mercado defendida pelo Ministério da Saúde e do Planejamento,
- ✓ Os HU's invadidos pela terceirização e precarização, utilizarão as verbas do SUS para pagamento de pessoal terceirizado;
- ✓ Precarização ainda maior dos direitos dos (das) Trabalhadores (as) e da população em geral, prejudicando muito mais o atendimento gratuito nos Hospitais Universitários;



Fundação Estatal de Direito Privado
ameaça HU's
..... 6

Se hoje os HU's já pedem socorro, imagine quando privatizar?
Pense nisso, é sua saúde que está em jogo!



EDUCAÇÃO E PESQUISA

A Educação é considerada um direito humano fundamental e é a base constitutiva da formação de todo o ser humano, traduzindo o valor da igualdade entre as pessoas.

No Brasil, a Educação foi garantida na Constituição de 1988 como um direito de todos (as) e um dever do Estado e da família. Em nenhum momento abriremos mão desse direito para que seja entregue às Fundações Estatais de Direito Privado.

EDUCAÇÃO

A Educação é o principal fator de emancipação social de um povo. Só através dela podemos construir a soberania nacional deixando de ser um país dependente.

A Educação é um direito de todos (as) e dever do Estado.



PESQUISA



Num país como o Brasil, onde a diversidade regional é imensa, a pesquisa deve ser orientada pela demanda social da população e do meio ambiente, não podendo ser entregue à iniciativa privada que a transformará em pesquisas voltadas para o mercado sem a solução para os verdadeiros problemas da população brasileira.

EDUCAÇÃO é um direito humano

MEIO AMBIENTE, COMUNICAÇÃO e CULTURA



A atuação e intervenção forte do Estado nestas áreas garantem a continuidade da construção de um estado democrático, justo, soberano e independente.

MEIO AMBIENTE

É a interação do conjunto de elementos naturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. É tudo aquilo que cerca o ser vivo e que tem relação direta ou indireta com ele. São nossas riquezas naturais.

Imaginem a Amazônia, a água, a luz e todos os recursos naturais nas mãos de uma Fundação Estatal de Direito Privado?

- É UMA AMEAÇA AO MAIS RICO ECOSISTEMA DA HUMANIDADE.
- AMEAÇA TAMBÉM AO DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO E SOBERANIA DO BRASIL.
- ENTREGA AO CAPITAL ESTRANGEIRO AS NOSSAS RIQUEZAS.



RIQUEZA INALIENÁVEL

CULTURA



É o conjunto de manifestações artísticas, sociais, lingüísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Portanto, fazem parte da cultura: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc. O que diferencia os diversos povos é a sua cultura.

- O PLP 92/07 AMEAÇA AS NOSSAS RIQUEZAS CULTURAIS E O RESPEITO DA DIVERSIDADE DA FORMAÇÃO ÉTNICA DO POVO BRASILEIRO.

PATRIMÔNIO NACIONAL

..... 12

COMUNICAÇÃO

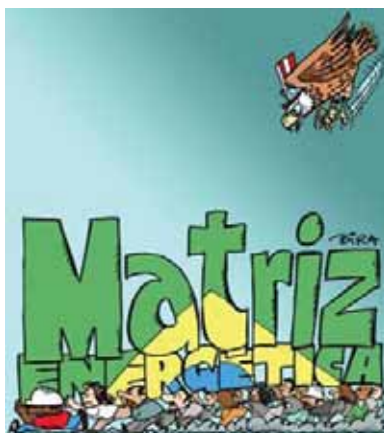
A Comunicação Social é um processo que pressupõe a troca de informações através de diversos meios garantindo a liberdade de pensamento e de expressão com acesso a toda informação de forma imparcial.



- IMAGINEM A COMUNICAÇÃO ENTREGUE AO CAPITAL ESTRANGEIRO!
- ISSO COMPROMETERÁ A SOBERANIA DA NAÇÃO!

PETRÓLEO:

- IMAGINEM O PRÉ-SAL NAS MÃOS DO CAPITAL ESTRANGEIRO!





OS (as) TRABALHADORES

(as) NÃO ABREM MÃO

> Da defesa dos Serviços Públicos de qualidade, pautado por uma política de Estado socialmente forte que cumpre com seu papel, garantindo plenamente os direitos à cidadania para todos (as).

O QUE ESPERAMOS DOS PARLAMENTARES:

- Compromisso com a Luta pela construção de um modelo de Estado democrático:

- > com inclusão e participação popular.
- > com uma forte presença nas áreas de ação social.



Não!
A Aprovação do PLP-92/2007

A DEFESA DA NAÇÃO É
NOSSO DEVER



FERRAMENTAS DE UM ESTADO FORTE

- Financiamento Público Estável.
- Gestão das políticas públicas sob controle do Estado.
- Trabalhadores dos Serviços Públicos bem qualificados, motivados, com salários dignos, cientes do seu dever com os usuários dos serviços públicos.
- Democracia e Participação Popular na construção, fiscalização e avaliação das Políticas Públicas.
- Respeito aos direitos da cidadania.



O QUE DEFENDEMOS?



Lute pelo que é nosso!

Através do Abaixo-Assinado você pode fazer sua parte!

Você pode contribuir nessa luta: repassando o abaixo-assinado contra o PLP 92/2007 que cria as Fundações Estatais de Direito Privado para sua família, amigos, grêmios estudantis, igrejas, escolas, universidades, entre outros.

Solicitando aos Parlamentares que votem contra o PLP 92/2007;

Apoiando e se integrando ao movimento dos (das) Trabalhadores (as) do Serviço Público;

**ATENÇÃO
PARTICIPE!
ESSA LUTA TAMBÉM É SUA!**

Acesse o abaixo-assinado
www.condsef.org.br
www.fasubra.org.br
www.cut.org.br
www.ctb.org.br
www.intersindical.org.br

PARTICIPE
Essa luta também é sua!

EXPEDIENTE

Produção:

Direção Nacional da FASUBRA Sindical, Direção Nacional CONDSEF

Planejamento Gráfico:

Jornalista - Raquel Carlucho - FASUBRA Sindical

Web Designer:

Bruno Oliveira - FASUBRA Sindical

Colaboradora:

Jornalista - Graziela Pereira - CONDSEF

Impressão: Starprint

Tiragem: 10.000 mil exemplares

